

O TRABALHO DE PREVENÇÃO DO BULLYING PARA A PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO

Hully Manguiera Rodrigues; Jaquely Balbino Barros; Maria Fernanda Araújo Silva;
Orientadora: Diana Sampaio Braga

Universidade Estadual da Paraíba - hullyr6@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba - jaquelybarros@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba - mariafernandasilva0909@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba - dianasbraga@yahoo.com.br

No ambiente escolar, o Bullying é reconhecido atualmente como um problema crônico de consequências sérias tanto para as vítimas quanto para os agressores. O que antigamente era visto como meros desentendimentos entre jovens, hoje é tratado como caso de saúde pública no Brasil e em várias partes do mundo, visto que esse tipo de violência intencional e repetitiva causa enormes danos à comunidade escolar como um todo, fazendo-se necessário o desenvolvimento de boas estratégias para o combate e prevenção, pois a cultura de paz e respeito mostra ser o ideal pedagógico dos educadores e das escolas, mas ela deve ser seguida de ações com conteúdo para evitar essa forma de opressão. Esse trabalho preventivo pode ser realizado pelas instituições de ensino através da prática de uma educação inclusiva onde o aluno é levado a desenvolver habilidades pró sociais a fim de tornar-se um indivíduo tolerante e respeitoso frente às diferenças existentes em qualquer âmbito social. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo revisar e analisar de maneira teórica a importância de práticas educacionais e programas que vise o desenvolvimento de competências humanísticas, para que crianças e adolescentes possam tornar-se indivíduos que agem de maneira inclusiva e assertiva frente a diversidade que pode existir dentro e fora de uma sala de aula, sendo assim, capazes de propagar o respeito diante de qualquer tipo de singularidade pertencente ao seu próximo.

Palavras-chave: Bullying, Prevenção, Educação, Escolas.

Introdução

O contexto escolar é um ambiente onde ocorre uma troca de aprendizagem grande e é um dos responsáveis em proporcionar o desenvolvimento de alunos. A importância do papel do professor para que isso ocorra é grande.

Atualmente é notório que a quantidade de alunos com deficiência matriculados em salas de aulas regulares aumentou e isto de certa forma deixa o professor apreensivo, visto que alguns não possuem uma qualificação profissional que possa ser utilizada para ensinar a esses.

A inclusão de alunos com necessidades especiais educacionais tem sido nos últimos dias motivo de pesquisas e discussões. Falar em uma educação que seja inclusiva tem gerado preocupação por partes dos educadores, tendo em vista que requer novas metodologias de ensino para salas de aula heterogêneas. A inclusão escolar pode ser compreendida como sendo a capacidade de acolher, inserir no sistema de ensino qualquer pessoa, sem ter qualquer exceção.

A escola, para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, lingüísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir a todos, aqueles com necessidades educacionais especiais, e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência. (FIGUEIREDO, 2002, pg.3)

De acordo com o decreto de 1999 no seu artigo três, no inciso primeiro traz o conceito de deficiência como sendo toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Além disso, é importante enfatizar que a deficiência não pode ser compreendida exclusivamente pela perspectiva biológica, pois, as oportunidades que o ambiente proporciona em termos de acessibilidade e recursos inclusivos são cruciais para potencializar o desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Quando se fala em inclusão vem logo à ideia do ato de incluir, porém é importante de se ressaltar que incluir não é apenas inserir um aluno em sala de aula regular, é ir, além disto.

Ao se buscar na história a trajetória da educação inclusiva é visto que a educação de alunos que apresentavam alguma deficiência era feita de forma separada, desta forma os alunos com deficiência não poderiam ingressar no ensino regular. “Inicialmente, a educação dos portadores de necessidades especiais era baseada na discriminação e com o decorrer do tempo, houve uma evolução direcionada para a inclusão desses alunos nas escolas regulares (DELLANI; MORAES, 2012, n.p.)”.

Um fato interessante considerado pela visão cristã na idade Média era que se uma pessoa possuísse alguma deficiência era considerada como se tivesse sendo culpada, esta culpa poderia ser proveniente de algum ato ou pecado.

“Numa rápida análise da trajetória da Educação Especial, é possível identificar que o período que antecede o século XX é marcado por atitudes sociais de exclusão educacional de pessoas com deficiência, porque eram considerados indignos ou incapazes de receber uma educação escolar.” (BRASIL,2006, n. p.).

A partir dos anos 50 vão começando a surgir escolas habilitadas acolher os alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais. Nos anos 70, houve já alguns avanços, os alunos já podiam então ingressar nas classes regulares de ensino. Mas foi a partir dos anos 80 e 90 que deram início a proposta de inclusão para alunos deficientes.

“A proposta de inclusão propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência.” (BRASIL, 2006, n. p.).

A educação inclusiva teve avanços significativos a partir do século XX, dentre estes pode ser citado a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca na Espanha. Este é considerado um documento de extrema importância no que diz respeito a inclusão social.

“A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial, passou a considerar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.” (DELLANI; MORAES, 2012, n.p.).

De acordo com Sanches (2005, p. 140) “A Educação Inclusiva é o grande desafio de todos os que trabalham em educação”. Levar o ensino a alunos com deficiência ainda é uma tarefa complicada. Embora já se vivencie uma grande conquista ao longo dos anos, ainda há um despreparo dos educadores, intolerância às diferenças, falta de materiais adaptados e acessibilidade escolar.

A PREVENÇÃO DO BULLYING COMO UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola é um ambiente social de ensino que requer um olhar para todas as vertentes que a compreende. Além de pensar no processo de ensino-aprendizagem, é de fundamental importância as reflexões no que diz respeito às relações estabelecidas nesse contexto e que interferem de forma direta no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Visto como um ambiente seguro, modulado pela disciplina, cooperação e progresso, pode-se afirmar que o ambiente escolar envolve as dimensões humanas física, psíquica e social, que se revelam no cotidiano impactando na construção do sujeito do homem relacional.

Uma das grandes preocupações atreladas à esse contexto educacional está relacionada ao Bullying, um subtipo de violência escolar caracterizada por uma intimidação sistemática à vítima que pode ser efetuada por meio de violência física, desqualificação, atribuição de apelidos, promoção de situações vexatórias e disseminação de fofocas. Segundo (LOPES NETO, 2005) O bullying diz respeito a uma forma de afirmação de poder interpessoal através da agressão.

A vitimização ocorre quando uma pessoa é feita de receptor do comportamento agressivo de uma outra mais poderosa. Tanto o bullying como a vitimização têm consequências negativas imediatas e tardias sobre todos os envolvidos: agressores, vítimas e observadores, sendo assim a prevenção seria uma maneira eficaz para diminuição da perpetuação desses atos. Neste contexto, medidas interventivas para o bullying entre estudantes constitui-se em uma necessária atitude de saúde pública, capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, habilitando-os a uma convivência social sadia e segura [LOPES NETO,2005].

“Todos desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Portanto, não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se calem para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos.” (LOPES NETO ,2005 P.165)

Diante desta problemática é de fundamental importância a prática de projetos que previnam e intervenham nesse tipo de opressão ocorrente no cenário escolar, pois alguns fatores são apontados como favoráveis ao desenvolvimento desse comportamento, como o ambiente marcado por competitividade; contexto familiar nos quais os maus tratos físicos são utilizados como afirmação de poder; ou excesso de permissividade e tolerância em relação a violência (ABRAPIA, 2003).

Este artigo tem o objetivo analisar alguns fatores que promovem esse tipo de violência e discutir como a prática de medidas preventivas e intervencionistas podem contribuir no desenvolvimento do aluno como indivíduo através de técnicas que buscam promover respeito à diversidade, capacidade empática e estreitamento dos laços de amizade entre os jovens, permitindo que eles reflitam sobre as consequências nocivas do bullying e como a habilidade de incluir ao próximo independente de suas diferenças é importante para uma ambiente escolar saudável e harmônico para todos.

Nesta perspectiva, esta pesquisa visa analisar bibliograficamente e promover a importância de uma educação inclusiva para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar, tendo em vista que através deste tipo de acompanhamento é possível conquistar um ambiente harmônico e saudável à todos, independente da etnia, religião, classe social ou condição física de todos os envolvidos.



Metodologia

Este artigo está vinculado ao PROBEX, pró reitoria de extensão da Universidade Estadual da Paraíba que promove projetos e programas de pesquisa e extensão possibilitando o compartilhamento do conhecimento adquirido com o público externo por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. O projeto em questão ao qual o artigo está vinculado, refere-se ao mapeamento e prevenção do bullying no ambiente escolar, portanto esta pesquisa trata-se de uma revisão teórica que visa analisar alguns fatores que corrompem os direitos da criança e do adolescente e estão vinculados à problemática do Bullying, visto que essa é uma violência muitas vezes despercebida por adultos trazendo consequências irreversíveis diante de um quadro marcado por medos, opressões, isolamentos e omissões.

Ademais, essa pesquisa bibliográfica analisa a importância de medidas intervencionistas que buscam prevenir e solucionar estes transtornos no ambiente escolar, considerando que é através da implementação de projetos e práticas educativas que torna-se possível mudar este quadro que demanda um acompanhamento profissional voltado ao estímulo e desenvolvimento do aluno como um ser social onde este torna-se capaz de respeitar o próximo e portar-se de maneira assertiva diante de casos que podem acontecer com ele ou ao seu redor, tornando dessa forma, o ambiente escolar inclusivo.

Foram selecionados autores considerados referência nesta temática, tais como: Lopes Neto (2005), Marilena Ristum(2010) e Fuensanta Cerezo (2015).

Resultados e Discussão

Sendo a educação uma ferramenta de promoção do pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para o exercício da cidadania, existem três documentos legais relacionados ao desenvolvimento e educação de crianças e adolescentes: a Constituição da República Federativa do Brasil, a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas; e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estas organizações estão vinculadas ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país, visando assegurar a efetivação do direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade, entre outros. Sendo assim, o bullying é uma temática de extrema relevância entre tais entidades já que este põe em risco a efetividade do cumprimento de cada direito citado anteriormente.

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e a Adolescência (ABRAPIA), desenvolvedora do Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes, 40,5% dos 5.500 alunos entrevistados entre a quinta e oitava série admitiram estar diretamente envolvidos em atos de bullying, sendo 16,9% como alvos, 12,7% como autores e 10,9% ora como alvos, ora como autores. Outros dados importantes pode-se atrelar à falta de uma melhor informação e acompanhamento fornecidos aos alunos, visto que, dentre os autores de bullying, 51,8% afirmaram que não receberam nenhum tipo de orientação ou advertência quanto à incorreção de seus atos enquanto 41,6% dos que admitiram ser alvos de bullying disseram não ter solicitado ajuda aos colegas, professores ou família. Estes resultados revelam a carência de uma prática educativa que desenvolvam competências além da aprovação em exames, pois a escola é de grande significância para as crianças e adolescentes, e os que não gostam dela têm maior probabilidade de apresentar desempenhos insatisfatórios, comprometimentos físicos e emocionais à sua saúde ou sentimentos de insatisfação com a vida. (LOPES NETO, 2005). De acordo com este autor:

“Aproximadamente 20% dos alunos autores também sofrem bullying, sendo denominados alvos/autores. A combinação da baixa autoestima e atitudes agressivas e provocativas é indicativa de uma criança ou adolescente que tem, como razão para a prática de bullying, prováveis alterações psicológicas, devendo merecer atenção especial. Podem ser depressivos, inseguros e inoportunos, procurando humilhar os colegas para encobrir suas limitações. “[LOPES NETO,2005].

Diante deste cenário é possível perceber a importância dos professores buscarem lidar e resolver efetivamente os casos de bullying, enquanto as escolas devem aperfeiçoar suas técnicas de intervenção e buscar a cooperação de outras instituições, como os centros de saúde, conselhos tutelares e redes de apoio social (SAMDAL e DÜR, 2004). A comunicação entre o aluno e a escola é de fundamental importância pois um dos fatores da perpetuação desse comportamento é a omissão do adulto frente à violência, gerando na vítima o sentimento de impunidade e estimulando o agressor ao ato abusivo. Algumas formas de naturalização do bullying estão cotidianamente presentes na escola e na sociedade, tornando-se, portanto, naturalizadas. Essa é uma das principais dificuldades para seu enfrentamento e superação. (RISTUM, 2010).

“A experiência nos diz que a violência interpessoal entre as crianças da escola é um fato e, aparentemente, temos todos os ingredientes para justificá-la: "isso sempre aconteceu"; "Não é tão ruim que as crianças briguem"; "Eles têm que aprender a se defender." Além disso, o ambiente social apresenta a violência

como uma forma valorizada e atraente de comportamento, você só tem que ver o conteúdo dos jogos mais vendidos ou os filmes de maior bilheteria, para não mencionar certos programas de televisão.” (CEREZO,2015)

É relevante mencionar que segundo a ABRAPIA:

“Nos casos em que alunos armados invadiram as escolas e atiraram contra colegas e professores, cerca de dois terços desses jovens eram vítimas de bullying e recorreram às armas para combater o poder que os sucumbia. As agressões não tiveram alvos específicos, sugerindo que o desejo era o de matar a Escola, local onde diariamente todos os viam sofrer e nada faziam para protegê-los” (LOPES NETO. *Diga NÃO para o Bullying*. Rio de Janeiro: ABRAPI; 2004).

Para Gomes (2008) a violência envolve uma complexidade de fatores, não podendo ser analisada de forma simplificada e reduzida. Assim, os agressores não podem ser os únicos responsáveis pelos atos de violência, uma vez que eles também são produto dela e, portanto, também vítimas. Neste contexto, diante de atos de violência considerados irreversíveis, é notável a necessidade de medidas que previnam esses acontecimentos através do fortalecimento de habilidades humanísticas e inclusivas que só podem ser desenvolvidas através de um acompanhamento que visa a formação do aluno como um sujeito social que possui suas limitações e peculiaridades. Ao serem inseridos em um ambiente de educação formal, muitas vezes os alunos encontram-se limitados a um processo de aprendizagem que visam contagem de notas atribuídos a exames e por isso, o desenvolvimento de competências relacionadas a construção do ser humano como um indivíduo social muitas vezes é deixada de lado.

Dentre estas competências está o respeito frente à diversidade, visto que, geralmente, o público alvo do bullying muitas vezes sofre esse tipo de violação devido a fatores como etnia, raça ,características físicas específicas, peso ou até mesmo religião.

“No mundo dos diversos, quem sai na frente é o profissional da educação que conhece a problemática e com objetividade e perspicácia, corre atrás e se qualifica inovando metodologias e utilizando de ferramentas que tornem sua adaptação ao ambiente que está inserido, ao mesmo tempo, que necessitam de um maior suporte das estruturas educacionais para que possa desenvolver seu trabalho com poucas dificuldades. Este educador necessita ter sensibilidade e ser flexível com seus alunos, porque tem que respeitar o limite de cada um, a educação tem um envolvimento maior com a realidade do aluno.” (BARROS JÚNIOR,2010).

Segundo Pearce e Thompson (1998) o silêncio só é rompido quando os alvos sentem que serão ouvidos, respeitados e valorizados. Conscientizar as crianças e adolescentes que o bullying é inaceitável e que não será tolerado permite o enfrentamento do problema com mais firmeza, transparência e liberdade.

Por fim, é importante ressaltar que a alta frequência desta violência está atribuída a crenças crônicas sobre o desenvolvimento infantil e juvenil que levam educadores a justificar este tipo de comportamento como próprio da idade (RISTUM, 2010), perpetuando assim, uma violência que não pode ser considerada típica, nem aceitável.

Conclusão

Através desta revisão teórica foi possível conhecer alguns aspectos relacionados ao Bullying, compreendendo melhor a realidade e o contexto situacional de quem sofre ou comete este tipo de violência.

Coube pontuar a importância da prevenção e intervenção do bullying no cenário escolar que estimula a formação de alunos respeitadores e tolerantes frente às diferenças e dificuldades do seu próximo, permitindo assim, o desenvolvimento de um ambiente escolar genuinamente inclusivo.

Por fim, este artigo destacou o valor do profissional da educação atuando neste cenário que exige preparo e qualificação para lidar de maneira assertiva com as dificuldades e desafios que todos os dias surgem no ambiente escolar que luta pela inclusão e igualdade.

Referências

ASSIS,SG;CONSTANTINO.P.,and AVINCI,JQ.orgs.*Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. [online]. Rio de Janeiro:Ministério da Educação/ Editora:FIOCUZ., 2010.

BARROS JR . Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-diversidade-e-inclusao-social/38134>

BRASIL. *A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: Deficiência física*. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em: 12 de jul. 2018.

CEREZO, Fuensanta. *Violencia y victimización entre escolares. El bullying: estrategias de identificación y elementos para la intervención a través del Test Bull-S*. Universidad Autónoma del Estado de México. 2015

Craig WM, Harel Y. *Bullying, physical fighting and victimization*. In: Currie C, Roberts C, Morgan A, Smith R, Settertobulte W, Samdal O, et al. (editors). *Young people's health in context. Health Behavior in School-aged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey. Health Policy for Children and Adolescents; N° 4. World Health Organization. 2004. p. 133-144. 17. Lyznicki JM, McCaff.*

DELLANI, M. P.; MORAES, D. N. M. Inclusão: *Caminhos, encontros e descobertas*. Revista Rei: revista de educação do ideal, v. 7, n° 15, s.n. Rio de Janeiro, 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D.E.G; SOUZA, V.C. (Org.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2002. p. 141 – 145.

GOMES, A. E. G., & Rezende, L. K. (2011). Reflexões sobre *bullying* na realidade brasileira utilizando a técnica de análise de conteúdo: revisão bibliográfica. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 11(1), 112-119.

Jornal de Pediatria - Vol. 81, N°5(supl), 2005.

J Pediatr (Rio J). 2005;81(5 Supl):S164-S172: *Violência escolar, violência juvenil*.

Lopes Neto AA. *Bullying – Comportamento agressivo entre estudantes*. J Pediatr (Rio J). 2005;81(5 Supl):S164- S172.

Neto AA, Saavedra LH. *Diga NÃO para o Bullying*. Rio de Janeiro: ABRAPI; 2004.

Samdal O, Dür W, Freeman J. School. In: Currie C, Roberts C, Morgan A, Smith R, Settertobulte W, Samdal O, et al. (editors). *Young people's health in context. Health Behavior in Schoolaged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey. Health Policy for Children and Adolescents; N° 4. World Health Organization. 2004. p. 42-51.*

Pearce JB, Thompson AC. *Practical approaches to reduce the impact of bullying*. Arch Dis Child. 1998;79:528-31. 12. Medem, Inc. News from AMA: Report finds young patients often.

Samdal O, Dür W, Freeman J. School. In: Currie C, Roberts C, Morgan A, Smith R, Settertobulte W, Samdal O, et al. (editors). *Young people's health in context. Health Behavior in Schoolaged Children (HBSC) study: international report from the 2001/2002 survey. Health Policy for Children and Adolescents; N° 4. World Health Organization. 2004. p. 42-51.*

SANCHES, I. *Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção e educação inclusiva*. Revista Lusófona de Educação, 5, p. 127-142, 2005.